



REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer a convocação da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, para prestar esclarecimentos sobre a proposta de criação da Área de Proteção Ambiental do Paleocanal do Rio Tocantins, da Área de Proteção Ambiental do Bico do Papagaio e do Monumento Natural do Bico do Papagaio.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocada a Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva para que preste esclarecimentos sobre a proposta de criação da Área de Proteção Ambiental do Paleocanal do Rio Tocantins, da Área de Proteção Ambiental do Bico do Papagaio e do Monumento Natural do Bico do Papagaio.

JUSTIFICAÇÃO



O Governo Federal, por meio do ICMBio e com forte influência de ONGs e fundos internacionais, tenta impor à região do Paleocanal do Tocantins e do Bico do Papagaio a criação de novas Unidades de Conservação, sem estudos fundiários concluídos, sem plano de indenização e sem consulta pública efetiva às famílias que há décadas vivem, produzem e preservam a floresta.

O resultado prático dessa política é um verdadeiro confisco verde, disfarçado sob o manto da preservação ambiental, mas que, na prática, ameaça o direito constitucional de propriedade e coloca em risco projetos estruturantes para o Brasil, como a derrocagem do Pedral do Lourenço e a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, fundamentais para escoar a produção agrícola e garantir competitividade ao país.

É inadmissível que o Governo, em plena crise econômica e social, escolha como “troféu” para a COP30 a expulsão silenciosa de produtores rurais e assentados do INCRA, tratando cidadãos brasileiros como invasores em sua própria terra, enquanto abre espaço para agendas ditadas por interesses internacionais que pouco se preocupam com o desenvolvimento nacional.

Não bastasse isso, até mesmo lideranças locais, como o prefeito de Marabá, Toni Cunha (PL), e o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), já se manifestaram contrários à medida¹, reconhecendo que ela inviabiliza o desenvolvimento regional, retira oportunidades de emprego e renda e bloqueia obras estratégicas para o Pará e para o Brasil.

É papel do Parlamento fiscalizar, questionar e impedir que decisões autoritárias e desconectadas da realidade destruam o futuro do nosso povo em nome de pauta ideológica e de interesses estrangeiros.

¹ <https://correiodecarajas.com.br/autoridades-se-opoem-a-criacao-de-apa-em-maraba/#:~:text=Em%201974%2C%20o%20projeto%20Radam,Marab%C3%A1%2C%20Nova%20Ipixuna%20e%20Itupiranga.>



Por essas razões, é imprescindível convocar a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, para que preste esclarecimentos a esta Casa e à sociedade brasileira.

Sala da Comissão, em de
de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

